



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA**

SÂMIA BESSA DE MORAES

**PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS DOS CEARENSES NO PROJETO “O BRASIL QUE EU QUERO”**

REDENÇÃO - CE

2018

SÂMIA BESSA DE MORAES

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
DOS CEARENSES NO PROJETO “O BRASIL QUE EU QUERO”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Me. Joyce Arrais de Araújo Andrade

REDENÇÃO - CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Moraes, Sâmia Bessa de.

M818p

Participação popular na gestão pública: uma análise dos discursos dos cearenses no projeto "o Brasil que eu quero" / Sâmia Bessa de Moraes. - Redenção, 2018.

53f: il.

Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Joyce Arrais de Araújo Andrade.

1. Gestão pública. 2. Participação Popular. 3. Controle social. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 354

A Deus.

A minha amada mãe, Fransquinha, e ao meu esposo, Lindemberg, que são meu suporte e apoio.

AGRADECIMENTOS

À UNILAB, pela oportunidade criada e pelos recursos disponibilizados.

À Prof. Me. Joyce Arrais de Araújo Andrade pela paciência, pelas contribuições e pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Professora Sandra Maria Guimarães Callado e Maria do Socorro Maia Silva, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

À coordenação e à secretaria do curso de especialização em gestão pública, pela atenção dispensada e pelas providências nas demandas solicitadas.

Aos colegas da turma 2017.2 de especialização em gestão pública pelo compartilhamento de informações, pelo companheirismo do início ao fim dessa trajetória.

Aos meus familiares e colegas de trabalho pela compreensão e solidariedade nos momentos de aflição e pela felicidade de compartilhar mais uma conquista.

Por fim, agradeço a todos ao meu redor, que de alguma forma e em algum momento contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

“Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente. A gente muda o mundo na mudança da mente. E quando a mente muda a gente anda pra frente. E quando a gente manda ninguém manda na gente!”

(Gabriel o Pensador / Itaal Shur)

RESUMO

O Brasil garantiu aos seus cidadãos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), muitos direitos que antes não eram aceitos, dentre eles a possibilidade de participar ativamente da gestão pública do país, através de instrumentos e mecanismos de controle social, como plebiscitos, referendos, iniciativa popular, conselho de direitos, conferências, ouvidorias entre outros propostos pela CF/88 e por leis posteriores. O objetivo principal deste trabalho é analisar o discurso dos cearenses que representaram seus municípios no Projeto “O Brasil que eu quero”, verificando suas expectativas com relação ao futuro do país. Para tanto, fez-se necessário identificar as formas de participação popular na gestão pública no Brasil, detalhando as falas dos cearenses do Projeto “O Brasil que eu quero” através da transcrição e interpretação dos 184 vídeos expostos na página virtual da emissora de televisão e citando-os no decorrer deste texto. O percurso metodológico deste trabalho orientou-se pelo estudo bibliográfico dos instrumentos de participação popular no Brasil, além do estudo dos blocos – categorias de estudo divididas por temáticas - apresentados nos resultados e discussões, surgidos do levantamento da frequência de vezes em que foram citados nos discursos dos sujeitos estudados. Concluiu-se então, que os problemas apresentados pelos cearenses através dos vídeos enviados ao Projeto “O Brasil que eu quero”, questionam especialmente à gestão pública do país, apontando como mazela da sociedade a corrupção. Esta, que assola o país é responsável pelas obras inacabadas, pela falta de produtos e/ou serviços que atendam à população nas áreas de educação, saúde e segurança, por exemplo. Uma solução possível para a problemática da corrupção pode ser uma maior transparência das ações dos governantes e o acompanhamento constante e ativo da população, através dos portais da transparência. Porém, observa-se que mesmo que a tecnologia tenha tornado a informação mais acessível, muitos dos cidadãos parecem não ter conhecimento ou propriedade sobre os instrumentos de controle social da gestão pública.

Palavras-chave: Controle Social. Participação Popular. Gestão Pública.

ABSTRACT

Brazil guaranteed its citizens, following promulgation of the Federal Constitution of 1988 (CF / 88), many rights that were not accepted, as the possibility to participate actively in public management, through instruments and mechanisms of social control, such as plebiscites, referenda, popular initiative, rights councils, conferences, ombudsman among others proposed by CF / 88 and subsequent laws. The objective of this paper is to analyze the discourse of Cearenses representing their municipalities in the "The Brazil that I want" project, verifying their expectations regarding the future of the country. Therefore, it was necessary to identify forms of popular participation in public administration, detailing the statements of Cearenses of the project "Brazil that I want" through the transcription and interpretation of the 184 videos in the virtual page of the television transmitter and citing them in the run this text. The methodological path of this work was guided by the bibliographic study of the instruments of popular participation in Brazil, besides the study of blocks - categories of study divided by themes - the results and discussions, arising from the survey of the frequency of times they were cited in the discourses of the subjects studied. It was concluded, then, that the problems were published by Cearenses through the videos sent by the project "The Brazil that I want", especially question the corruption. This, that ravage and prejudicing the country in the areas of the education, health, employment and public security presence of the population. A possible solution to problem of corruption can be a greater transparency of actions of the rulers and the constant and active monitoring of the population through the portals of transparency. However, even if technology has made information more accessible, many of the citizens seem to have no knowledge or ownership of the instruments of social control in public management.

Keywords: Social Control. Popular participation. Public administration.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL COMO PONTO DE IGNIÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA: “A GENTE MUDA O MUNDO NA MUDANÇA DA MENTE”	14
2.1	A redemocratização e os instrumentos de controle e participação social: “até quando você vai levando? Até quando vai ficar sem fazer nada?”	15
2.2	As configurações da participação social na contemporaneidade: “não adianta olhar pro céu, com muita fé e pouca luta. Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer e muita greve, você pode, você deve, pode crer.”	18
3	“NÃO ADIANTA OLHAR PRO CÉU, COM MUITA FÉ E POUCA LUTA”: O DESVENDAR DA PESQUISA ATRAVÉS DO PERCURSO METODOLÓGICO	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES DE UMA ANÁLISE DA “VOZ” DO CEARENSE: “O SEU FILHO SEM ESCOLA, SEU VELHO TÁ SEM DENTE, VOCÊ TÁ SEM EMPREGO.”	22
4.1	A corrupção e a desonestidade são as chagas da nossa sociedade? “a justiça, prendeu o pé-rapado, soltou o deputado.”	22
4.2	E a educação? “o cara me pede o diploma, não tenho diploma, não pude estudar. E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado, que eu saiba falar”	25
4.3	Saúde pra quê te quero? “seu velho tá sem dente [...] E a sua filha tá gestante.”	27
4.4	Segurança e violência pra quem? “a polícia matou o estudante; falou que era bandido; chamou de traficante! A justiça prendeu o pé-rapado; soltou o deputado.”	28
4.5	E o emprego e trabalho, como estão? “acordo, não tenho trabalho, procuro trabalho, quero trabalhar.”	31
4.6	O ponto em comum entre os anseios e insatisfações dos cearenses	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO BRASIL: “LEVANTA AÍ QUE VOCÊ TEM MUITO PROTESTO PRA FAZER E MUITA GREVE, VOCÊ PODE, VOCÊ DEVE, PODE CRER.”	34
	REFERÊNCIAS	36
	APÊNDICE A – TRNSCRIÇÃO DE VÍDEOS	38

1 INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a busca constante por participação nas decisões acerca das políticas públicas, tem sido colocada em pauta frequentemente, seja pela população, seja por alguns representantes governamentais.

Tal fato deve-se aos anos anteriores ao da CF/88, pois se destacaram por um período de forte repressão a quem questionasse às ações dos governantes, isso bastava como motivo para o exílio, prisão ou mesmo a morte¹. A questão é que a população brasileira, ou uma parte dela, verificou que as condições repressivas e a total falta de representatividade nas decisões políticas estavam minando quaisquer possibilidades de melhorias das condições de vida do povo.

O processo recente de reforma do Estado no Brasil começou com o fim do período militar. Naquele momento, combinavam-se dois fenômenos: a crise do regime autoritário e, sobretudo, a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista. Era preciso atacar os erros históricos da administração pública brasileira, muitos deles aguçados pelos militares, e encontrar soluções que dessem conta do novo momento histórico [...] (ABRUCIO, 2007, p.68).

Logo, a partir das manifestações que buscavam a redemocratização do país, assim como a promulgação da CF/88, o controle social passou a ser uma reivindicação necessária para o novo Brasil que se queria redesenhar. O povo buscava estar informado sobre as decisões políticas, econômicas, enfim, buscava participar da gestão pública do Brasil, não só como ouvinte, mas como membro atuante.

Para combater o legado do regime militar, as mudanças mais profundas vieram com a Constituição de 1988. Os constituintes mexeram em várias questões atinentes à administração pública [...] a descentralização foi outra demanda construída nos anos de luta contra o autoritarismo e que ganhou enorme relevância na Constituição de 1988. Após 20 anos de centralismo político, financeiro e administrativo, o processo descentralizador abriu oportunidades para maior participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais. Impulsionadas por esta mudança, várias políticas públicas foram reinventadas e disseminadas pelo país [...] (ABRUCIO, 2007, p. 69).

O fato é que 20 anos após a promulgação da CF/88 ainda é um desafio a participação popular através do controle social nas políticas públicas, mesmo que o controle seja garantido

¹ As mortes causadas pelo período de ditadura militar registradas no Brasil ainda são investigadas e, em alguns momentos, até negadas ou tratadas como outras situações, tais como suicídios. Porém, sobreviventes do período, militantes entre outros que superaram este período, relatam as constantes ações repressivas contra a liberdade de expressão, principalmente. Sem descartar fatos e registros históricos acerca do período que demonstram como a participação social foi totalmente descartada nas decisões políticas e em outras esferas, inclusive.

e regulamentado por lei nas diversas políticas públicas existentes no país. O desafio está posto de várias formas, dentre elas, a falta de informação (ainda) e a falta de participação concreta nesses controles.

Com relação a falta de informação, parece algo improvável em tempo de disseminação da tecnologia e de fácil acesso através da globalização dos meios de comunicação, porém, ainda há falta de informação entre a população, especialmente a população menos favorecida financeiramente, que apresenta relativa dificuldade aos meios de informação ou falta de entendimento acerca da participação social.

Na falta de participação concreta - que parece ser contrária ao tópico anterior - as pessoas utilizam as redes sociais, na maioria das vezes, para manifestar sua indignação acerca dos problemas da gestão pública no Brasil e em suas cidades. Porém, não utilizam as ferramentas de controle social que estão disponíveis, como conselhos de direitos, ouvidorias, e até o Ministério Público.

Diante do exposto e com o objetivo de apontar as questões relacionadas à gestão pública no Brasil, este trabalho busca analisar o discurso dos cearenses que participaram do Projeto “O Brasil que eu quero” fomentado pela rede Globo de comunicação, em vídeos rápidos de aproximadamente 15 segundos, para verificar as expectativas em relação ao futuro do país. Os vídeos são públicos e estão disponíveis na página na internet da emissora.

A análise é realizada com vídeos enviados pelos cearenses que representaram os 184² municípios do estado e que demonstraram não só desejos para um país melhor, mas também apresentaram problemas na gestão pública de suas localidades.

O Projeto supracitado foi alvo de críticas por não ter caráter interventivo de fato, apenas indicador das problemáticas que a maioria dos brasileiros tem conhecimento. Além disso, o objetivo final dos vídeos, de interesse da emissora, também apresentou um desvio de percurso a partir do momento em que as pessoas deixaram de mostrar paisagens características – turísticas e históricas - de suas regiões, expressando o desejo para o futuro do país e mostraram cenas de descaso com a sociedade e com o dinheiro público, além de reivindicarem mudanças de atitudes para o futuro.

² A transcrição foi realizada com apenas 183 municípios, pois o vídeo que trazia a fala do representante do município de Tamboril não estava disponível ou estava corrompida, não sendo possível a visualização, escuta e transcrição.

Portanto, o objetivo principal deste trabalho é analisar o discurso dos cearenses que representaram seus municípios no Projeto “O Brasil que eu quero”, verificando suas expectativas com relação ao futuro do país. Para tanto, fez-se necessário: Especificar as formas de participação popular na gestão pública no Brasil; Detalhar as falas dos cearenses do Projeto “O Brasil que eu quero” através da transcrição dos 184 vídeos expostos na página virtual da emissora de televisão e citando-os no decorrer deste texto, e; Compreender os impactos das formas de participação popular na gestão pública.

As 184 falas, tratadas aqui como discursos, foram transcritas e analisadas de acordo com a bibliografia estudada, partindo da necessidade de entender como se constitui a participação popular na gestão pública do país, ressaltando as formas e instrumentos desta participação.

O percurso metodológico deste trabalho orientou-se pelo estudo bibliográfico dos instrumentos de participação popular no Brasil, além do estudo dos blocos – categorias de estudo divididas por temáticas - apresentados nos resultados e discussões, surgidos do levantamento da frequência de vezes em que foram citados nos discursos dos sujeitos estudados. Para a obtenção das categorias fez-se necessário transcrever as falas de 184 vídeos que representaram a participação dos municípios cearenses no Projeto “O Brasil que eu quero” cuja finalidade e destaque foram explicados nos parágrafos anteriores.

A análise visa apontar criticamente como se encontra a situação atual de cada categoria citada nas falas dos sujeitos, mostrando o porquê das reivindicações constantes nos discursos dos cearenses, além de destacar a conjuntura do país no cenário político, econômico e social.

No decorrer dos tópicos serão utilizados trechos da música “Até quando?” de composição de Gabriel, o Pensador, e Itaal Shur, que retratam um pouco sobre a iniciativa popular diante das dificuldades da sociedade brasileira, instigando o indivíduo a buscar a participação popular, tornando-se protagonista de sua própria história. O texto busca retratar um pouco disso, portanto, com o intuito de exemplificar esta situação, foram usados os trechos da música.

Inicialmente, o texto apresenta-se através de uma breve explicação das formas institucionalizadas ou não de participação popular na gestão pública de serviços e políticas públicas no país. Em seguida, na seção que trata da metodologia do estudo, explica-se quais

técnicas e instrumentos foram utilizados para obtermos os resultados e as discussões apresentadas na seção posterior.

Nos resultados e discussões, apresentamos 5 blocos de categorias que demonstraram grande relevância nas falas dos cearenses que participaram do Projeto. As categorias foram abordadas em blocos de discussão, relacionando as falas ao contexto político, econômico e social do país na conjuntura contemporânea. Por último, as considerações finais fazem um apanhando de tudo que já foi discutido e traz as últimas reflexões acerca do assunto abordado nesta pesquisa. Nos apêndices ainda é possível conferir as transcrições realizadas e que foram base para o estudo apresentado aqui.

As considerações finais, último tópico deste trabalho, não têm o intuito de fíndar-se de fato, mas de subsidiar novos estudos e de instigar novos questionamentos, incentivando o a sociedade a buscar formas de viabilizar as soluções propostas e tornar melhor a realidade em que vivemos.

2 A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL COMO PONTO DE IGNIÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA: “A GENTE MUDA O MUNDO NA MUDANÇA DA MENTE”.

O entendimento sobre o conceito de participação popular e controle social é essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Sem ambas, não é possível realizar análises sobre quais tipos de participação e controle podem ser ou devem ser utilizados pela população na gestão pública.

O objetivo não é demonstrar o que é certo ou errado a se fazer, mas buscar mostrar a eficiência e a eficácia de ter conhecimento acerca da aplicabilidade das ferramentas de controle social na gestão pública, conseqüentemente de participação popular, por exemplo.

Desde o início dos anos 1990, no bojo desse processo de reforma da administração pública na América Latina e alhures, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação democrática no âmbito local (MILANI, 2008, p. 553).

Portanto, a participação social, conseqüentemente, o controle social, são características do modelo de gestão atual, tendo em vista que as pessoas buscam ser ouvidas e ter suas demandas atendidas através de suas manifestações. Logo, governantes também buscam – ou deveriam buscar – ouvir/atender as demandas populares a fim de garantir o bem-estar da população e as condições concretas de aplicação das políticas públicas.

Fazer participar os cidadãos e as organizações da sociedade civil (OSC) no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo da gestão pública local contemporânea. A participação social, também conhecida como dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre os muitos termos atualmente utilizados para referir-se à prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político-administrativo (MILANI, 2008, p. 554).

Como expresso acima, a participação popular está vinculada especialmente ao processo decisório das políticas públicas e em muitas delas os mecanismos de participação e controle estão definidos na própria lei, como é o caso das políticas de proteção social - assistência, previdência e saúde. Fóruns, conselhos, conferências e audiências estão dentre os mecanismos de participação e controle social mais utilizado atualmente.

A participação popular enquanto princípio constitucional ocorre quando o cidadão, sem interesse individual imediato, tem como objetivo o interesse comum, buscando algo por vias administrativas ou judiciais. Ou seja, é o direito de participação política, de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, confirmar, reformar ou anular atos

públicos (LOCK, 2004, p. 123).

Na CF/88, o termo participação popular, social ou mesmo cidadã não está explícito, porém, conforme destaca Lock (2004, p. 125) a Constituição “[...] fala em democracia representativa e democracia direta, portanto a participação popular é própria do Estado Democrático de Direito ali estabelecido, é decorrência natural deste modelo de Estado [...]”, além disso, a CF/88 dá outras previsões de participação e controle em diversas esferas da sociedade que serão citadas posteriormente.

A forma como a CF/88 foi construída – em meio a lutas populares por melhorias nas condições de vida, que envolviam a participação ativa da sociedade na escolha dos representantes políticos e nas decisões das políticas públicas - dá margens para entender que a participação do povo é fundamental para o processo democrático da sociedade. “O crescimento das formas de organização da sociedade civil no Brasil foi um dos elementos mais importantes da democratização do país” (AVRITZER, 2013, p. 127).

[...] a Constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a "participação popular" na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana. Em seu artigo 1º, parágrafo único, o legislador constituinte, expressa o princípio da soberania popular pelo qual "todo o poder emana do povo" que o exerce através de seus representantes ou "diretamente", na forma estabelecida pela Constituição. Este princípio reúne as concepções de democracia direta e democracia representativa, de modo a somar seus efeitos em benefício da coletividade, objetivo final do Estado e da Administração Pública (ROCHA, 2011, p. 1).

A discussão sobre a participação popular pode até parecer enfadonha e de conhecimento de todos, mas é notável que depois da redemocratização do país e com a liberdade de participação do povo, garantida através de lei, houve uma ampliação de cooperação entre os atores sociais, trabalhando para garantir a eficiência e contra a corrupção na aplicação das políticas públicas no país.

2.1 A redemocratização e os instrumentos de controle e participação social: “Até quando você vai levando? Até quando vai ficar sem fazer nada?”

Após conhecer um pouco sobre o que é a participação popular e o controle social, é necessário conhecer sobre os mecanismos que permitem tais ações.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, garantiu avanços significativos às questões relacionadas aos direitos sociais, introduzindo instrumentos democráticos, tais como **plebiscito, referendo e iniciativa popular**, incluindo no texto constitucional formas participativas de gestão e possibilitando a criação de mecanismos de participação e controle social, como, por exemplo, os **conselhos de direitos**, de políticas públicas e de gestão de políticas sociais específicas (Grifo nosso)

(DEDIHC, 2018, p. 1).

Os instrumentos democráticos de participação criados através da CF/88 para garantir o efetivo exercício da cidadania, são formas institucionalizadas de participação, previstas em lei, cuja eficácia é garantida, desde que sigam os ritos jurídicos previstos.

Porém, destaca-se que a participação popular será tratada em sentido amplo, que permite o reconhecimento de qualquer grupo ou cidadão que busque de alguma forma fiscalizar, acompanhar e/ou denunciar atos provindos da e na administração pública.

Inicialmente, abordaremos os conceitos de alguns instrumentos de participação social previstos em lei para, posteriormente, discutirmos acerca das formas mais amplas e reconhecidas de participação popular.

Um dos instrumentos de participação popular é o **plebiscito**, definido como “uma forma de consulta popular em que os cidadãos são consultados antes de uma lei ser constituída. O teor da lei a ser aprovada é definido pelo povo” (BLUME, 2016, p. 3). Ou seja, antes mesmo que o legislador elabore a lei que definirá determinado assunto, a população é provocada e consultada para expressar sua opinião acerca da aprovação ou não do assunto em questão e depois participará das fases de produção da lei.

O último plebiscito nacional ocorreu em 1993 e questionava ao povo qual deveria ser o sistema de governo do país, se o presidencialismo ou se o parlamentarismo. A resposta do povo foi pela continuidade do sistema presidencialista ainda vigente.

Outro instrumento de participação popular é o **referendo**, caracterizado como uma consulta popular, realizada “após o projeto de lei em questão ter sido elaborado e aprovado no Congresso. Assim, o teor exato da matéria já foi definido pelos parlamentares. Tudo que a população pode fazer é aprovar ou rejeitar tal projeto” (BLUME, 2016, p. 4).

Como se percebe, a diferença entre o plebiscito e o referendo está na fase de elaboração da lei, enquanto no primeiro a ideia sobre ser criada ainda é uma “semente”; no segundo, o projeto de lei já está pronto e devido, provavelmente, a conflitos entre os parlamentares acerca da aprovação ou não do teor da lei, é colocado em votação para que o povo decida se deseja ou não que a lei entre em vigor.

Um exemplo de referendo ocorrido no país foi a consulta à população, em 2005,

acerca da proibição e comercialização de armas de fogo e munição que havia sido estabelecida pela Lei 10.826/2003³. O povo votou pela não proibição da venda de armas de fogo, desde que seguidos os requisitos para obtenção de uma arma e munição em conformidade com a legislação vigente.

Na **Iniciativa Popular** “os eleitores interferem diretamente na produção da lei, ao passo que um deles ou um grupo confecciona o texto de um projeto de lei ordinária ou complementar que gostaria que se tornasse de fato lei” (EBRADI, 2016, p. 2). Logo, o povo por iniciativa própria, propõe ao Congresso lei que considere relevante para a sociedade. Porém, há alguns entraves burocráticos, pois a lei só é apreciada pelo Congresso se comprovar ter a adesão de no mínimo 1% do eleitorado do país, normalmente essa comprovação é feita através de assinaturas.

O último projeto proposto e aprovado pelo Congresso foi Lei Complementar nº 135 de 2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, que objetiva trazer mais rigidez às regras sobre as situações em que uma pessoa não poderia se eleger para um cargo público, especialmente por atos de corrupção ou improbidade administrativa.

A participação popular não se limita à proposição de mudanças ou de criações de leis, mas, complementa-se através da fiscalização e denuncia de ações cujos efeitos são prejudiciais ao bom funcionamento da administração pública, conseqüentemente à prestação de serviços públicos, também faz parte da participação e, especialmente, do controle social.

Os **conselhos de direitos**, por exemplo, são “órgãos colegiados, permanentes, orientados pelo princípio da paridade, garantindo a representação de diferentes segmentos sociais, e tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas” (DEDIHC, 2018, p. 1) em todas as esferas de governo.

Os conselhos são espaços de fiscalização e deliberação da maioria das políticas públicas. Através deles há a aproximação entre gestores, trabalhadores da política e usuários para discutir a situação de execução da política e deliberar acerca das providências de melhorias

³ O comércio de armas se manteve legal com 63,68% dos votos, contra 36,11%. Desde então, o Estatuto ocasionalmente volta às manchetes por tentativas de modificá-lo, seja para tornar as regras sobre a posse e o porte mais rígidas, seja para flexibilizá-las. Em 2011, após um estudante abrir fogo em uma escola municipal carioca e ceifar 12 vidas, o então presidente do Senado José Sarney defendeu a realização de um novo referendo, mas não encontrou apoio. Fonte: O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-2005-63-dos-brasileiros-votam-em-referendo-favor-do-comercio-de-armas-17786376#ixzz5SvGbDAQ2stest>

e/ou reparos da aplicação, estando em questão também os fins que o dinheiro público terá dentro da política pública.

2.2 As configurações da participação social na contemporaneidade: “Não adianta olhar pro céu, com muita fé e pouca luta. Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer e muita greve, você pode, você deve, pode crer.”

A questão em destaque é que as formas de participação popular nas decisões dos gestores públicos têm se tornado bastante diversificadas, diante da globalização e repercussão em tempo real das informações por meio do fácil acesso às tecnologias.

E não se pode esquecer que as formas de participação popular sempre existiram ou buscaram ser apresentadas em alguns momentos da história, em que grupos não concordavam com o que era imposto pelos governantes e assim, gerando um conflito de interesses, a participação popular ia desabrochando.

[...] a participação popular sempre existiu, desde que existem grupos sociais excluídos que se manifestam e demandam ações ou políticas governamentais. Nesta perspectiva, todas as mobilizações e movimentos sociais são formas de participação popular, que se diferenciam segundo as questões reivindicadas, segundo as formas possíveis, definidas tanto pelos usos e costumes de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas, assim como pela maior ou menor abertura dos governantes ao diálogo e à negociação (CARVALHO, 1998, p. 1).

Portanto, entendendo a participação popular a partir de um conceito amplo, não podemos deixar de citar que as manifestações públicas de descontentamento, ou satisfação com a gestão pública é também uma forma de participação social.

O objetivo de quem expõe algum problema, por exemplo, na gestão pública de serviços em seu município é atingir aos outros cidadãos, movendo-os a tomar uma atitude, assim como chamar a atenção dos gestores para criar soluções para o problema, dando uma possível visibilidade de como acontece a administração pública.

Antes mesmo da institucionalização de mecanismos que possibilitassem a participação direta dos cidadãos na gestão pública, o povo buscava expressar sua opinião através de movimentos e manifestações sociais, fossem elas nas ruas ou através de jornais, por exemplo.

Na contemporaneidade, é bastante comum o uso de redes sociais para compartilhar informações, sejam pessoais e/ou profissionais com o objetivo de atingir um grande número de

usuários dessas redes. O mesmo acontece com a participação social, que é exposta em forma de apelo através das redes sociais, mostrando casos, problemas, descasos e denúncias detalhadamente e que ganham, na maioria das vezes, grande visibilidade, seja na localidade em que o problema ocorre, seja no cenário nacional.

Uma das formas de manifestação do povo que está se dando com maior evidência nos dias de hoje perpassa pelas redes sociais. Nelas, integrantes do povo, dos mais multifacetados perfis e procedências, estabelecem vínculos de participação política que podem ser tão tênues como uma simples convocação para uma passeata, como duradouros, na formação de coletivos midiáticos e de espaços de reflexão militante, onde grupos organizados, assemelhando-se a partidos ou facções políticas integram um amplo debate, que pode ou não conduzir ao desenvolvimento de ações práticas mais ou menos violentas, no decorrer do exercício da resistência e na intensidade das manifestações (ALVES, 2014, p.12).

Através das redes sociais o povo tem buscado organizar-se para participar ativamente – ou não – da gestão pública e, conseqüentemente, das decisões do país.

A iniciativa do Projeto “O Brasil que eu quero” da Rede Globo, uma emissora de grande destaque nacional, tem sido alvo de constantes elogios e críticas. Elogios que estão voltados à questão do incentivo à população a falar sobre os desejos para o futuro do país, desvendando assim, situações de má gestão pública que têm sido mostradas como exemplos de um Brasil que o povo não quer. As críticas estão ligadas à falta de ação interventiva que o projeto não propõe e à exposição da mesmice de falas dos brasileiros que buscam o mesmo, sem saber de fato onde recorrer e como promover a solução.

Dessa forma, trouxemos a este trabalho uma análise das falas dos brasileiros que participaram desse projeto, especificamente dos cearenses que demonstraram suas frustrações, insatisfações e os desejos para o futuro do país.

3 “NÃO ADIANTA OLHAR PRO CÉU, COM MUITA FÉ E POUCA LUTA”: O DESVENDAR DA PESQUISA ATRAVÉS DO PERCURSO METODOLÓGICO.

A fim de alcançar os objetivos propostos, foi traçado um plano metodológico para coleta e análise dos dados. Ao partir do pressuposto de que “[...] a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO DESLANDES; GOMES, 2011, p. 16), podemos afirmar que “[...] a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2011, p. 14).

Segundo Gil (1991),

[...] para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões. Fica claro também que a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma (GIL, 1991, p. 32).

A pesquisa bibliográfica foi aliada na construção e na elaboração do estudo, pois a fundamentação teórica e a análise dos relatos só foram possíveis mediante estudo prévio dos conceitos que compõem este trabalho.

Conforme Gil (2008, p. 43), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto, é de suma importância que o material já existente acerca do assunto seja pesquisado e estudado, a fim de complementar a discussão com os argumentos em comum a outros autores, assim como, fortalecer a pesquisa com os argumentos contrários através da discussão dialogada entre os autores.

A análise dos dados pauta-se através da análise de discurso das falas dos sujeitos, nos vídeos que foram assistidos e transcritos e que serão, posteriormente, apresentados nos resultados e discussões.

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2003, p. 26, *apud* SOUZA, 2014, p. 49).

Destaco que os vídeos constam em sítio de domínio público e de fácil acesso, que

será disponibilizado no tópico de resultado e discussões, cujas transcrições serão citadas e analisadas.

A análise será feita por blocos, sendo disposta em 5 (cinco) blocos constantes dos seguintes temas: Corrupção e honestidade; Educação; Saúde; Segurança e violência, e; Emprego e trabalho. Cada bloco expressa a contextualização da situação do tema em questão no país e mostra as falas dos cearenses ligadas aos temas, apresentando as observações pertinentes acerca da gestão pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DE UMA ANÁLISE DA “VOZ” DO CEARENSE: “O SEU FILHO SEM ESCOLA, SEU VELHO TÁ SEM DENTE, VOCÊ TÁ SEM EMPREGO.”

Os resultados e discussões deste trabalho abordaram, em 5 blocos, os temas mais citados nas falas dos representantes de cada município do estado do Ceará. Os temas são pertinentes e estão presentes no cotidiano da população brasileira e foram identificados através da frequência com que foram citados nas falas.

Os temas estão dispostos na seguinte ordem de relevância: Corrupção e honestidade (citado 59 vezes); Educação (citado 56 vezes); Saúde (citado 42 vezes); Segurança e violência (citado 38 vezes), e; Emprego e trabalho⁴ (citado 30 vezes).

4.1 A corrupção e a desonestidade são as chagas da nossa sociedade? “A justiça, prendeu o pé-rapado, soltou o deputado.”

Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Data Folha que datam desde 1996, que buscaram saber dos brasileiros quais os maiores problemas da nação, a corrupção se tornou o tema mais preocupante desde 2015. Tal preocupação ultrapassa até mesmo o interesse por outras áreas, como educação, segurança e saúde. (LETTIERI; MACIEL, 2016).

A corrupção é um dos problemas mais sérios e complexos que assolam as novas e velhas democracias. O conhecimento convencional mostra que ela envolve o abuso do poder público para qualquer tipo de benefício privado, inclusive, vantagens para os partidos de governo em detrimento da oposição (MOISÉS, 2010, p. 27).

Não é para menos que a preocupação com a corrupção e a honestidade, especialmente dos políticos do país, esteja presente nas falas dos cearenses, como no criativo trecho abaixo:

“[...] tô mandando esse repente pra dizer pra essa nação que o Brasil que nós queremos com menos corrupção, [...] mais igualdade, de trabalho e de emprego, que saibamos de verdade pra onde vai nosso dinheiro” (ACARAÚ).

“[...] queremos um Brasil sem bandidagem, sem corrupção, com homens honestos para governar nosso Brasil” (MASSAPÉ).

A corrupção tornou-se o tema mais relevante na última década porque influencia diretamente na eficiência, eficácia e efetividade das políticas e serviços públicos prestados à

⁴ Destaca-se, antecipadamente, que o termo trabalho tratado nesta pesquisa não é o mesmo cujo estudo extenso de Karl Marx (1867) e Lukács (1923) identificaram e teorizaram. O termo trabalho é retirado da oralidade dos personagens, cujo a ideia de emprego ou atividade geradora de renda, é sinônimo de trabalho.

população. Além do mais, o dinheiro público, arrecadado através dos mais diversos tributos, tem sido usurpado dos cofres públicos através de desvios e esquemas de fraudes que permitem com que o objetivo final de um investimento em obra pública, por exemplo, não se concretize. São diversos os relatos acerca de obras públicas, que estão inacabadas devido à má gestão pública.

“[...] que tenha menos descaso com o dinheiro público, como desta obra do governo federal, que é a construção da Transnordestina, que ligará Juazeiro da Bahia ao Porto do Pecém em Fortaleza e está há mais de 2 anos abandonada. Então, senhores governantes, o que eu peço a vocês é a conclusão desta obra, que será muito importante para a nossa região” (ACOPIARA).

“[...] onde não haja corrupção, tô aqui na CE 138, há mais de 70 anos que os políticos prometem asfaltar, mas a corrupção não deixa o país andar” (CASCVEL).

A corrupção não data da contemporaneidade, segundo estudiosos ela existe desde antes da criação de governos, e foi agravada pela globalização, devido à facilidade de fluxo de capitais (LETTIERI; MACIEL, 2016).

No Brasil, são frequentes os casos de má administração de recursos públicos, uso indevido da máquina pública entre tantas outras mazelas que geram indignação, e ao mesmo tempo um sentimento de impotência e ceticismo diante da banalização da cultura da corrupção.

“[...] em que os impostos recebidos sejam bem redistribuídos, com mais saúde, educação e valorização do professor. Chega de corrupção” (GENERAL SAMAPAIÓ).

Os relatos registrados no Projeto “O Brasil que eu quero” têm relação com um “clamor moral e um clima de caça às bruxas que geram instabilidade e um muro de lamentações e barreiras a projetos de políticas públicas” (FILGUEIRAS, 2009, p. 387).

Filósofos como Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu também abordaram o tema entre os séculos XV e XVIII, quando diziam que a corrupção é crescente, começando pelo povo, depois atingindo as instituições ou ordenamentos políticos, chegando ao grau máximo de corrupção caso seja feito ao contrário (LETTIERI; MACIEL, 2016, p. 14).

O fato é que a indignação do povo é esperada e saudável a ideia de democracia participativa, porém, ações concretas também são esperadas, como denúncias ao Ministério Público, cobranças constantes acerca a transparência dos gastos públicos. Há de se ter em mente que o controle social evoluiu bastante nas duas últimas décadas, porém, ainda há muito o que se fazer para que o país faça uma gestão pública sem corrupção.

Destaca-se que a corrupção afeta todas as políticas desenvolvidas pelos governantes, sejam elas públicas, sociais, econômicas. A corrupção por si ameaça a democracia, uma vez que esta perde toda a credibilidade perante os cidadãos.

“[...] país que tenha menos corrupção e menos violência; que seja garantido todos os direitos da criança, o direito a educação, a saúde e ao lazer” (ARARENDÁ).

“[...] é um país onde nossos representantes tenham maior compromisso com a saúde, segurança e educação. E maior respeito ao dinheiro público, portanto, queremos um país sem corrupção” (COREAÚ).

“[...] sem corrupção, onde os políticos invistam mais em saúde e educação e desenvolvam projetos de asfalto e pavimentação” (DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO).

Segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU)⁵, as políticas mais afetadas pela corrupção são: Saúde (30%), Educação (14%), Saúde e Educação (23%) e demais áreas (33%). Não é por menos que essas são algumas das áreas mais citadas nos discursos dos cearenses e que abordaremos a seguir.

Devido aos casos constantes de corrupção e aos problemas acarretados na sociedade, através de políticas públicas sem efetividade, as pessoas clamam com frequência por uma melhoria de situação de vida, especificamente através do fim da corrupção, como os relatos abaixo.

“[...] um Brasil limpo; sem corrupção, sem esses ladrões que estão aí no poder. Vamos dar uma basta nisso. Esse ano é ano de eleição vamos dar um basta na corrupção” (CHAVAL).

Portanto, como é perceptível, os cidadãos têm plena consciência de que a corrupção afeta os interesses de todos, prejudicando a execução de políticas públicas e serviços públicos. Porém, não há uma autorreflexão por parte do povo, pois a corrupção do governo é um espelho da sociedade.

Aceitar a corrupção também implica em que as pessoas considerem que a lei não precisa ser obedecida, o que afeta a qualidade da democracia, pois submeter-se à lei envolve não admitir que ela possa ser fraudada por irregularidades. A aceitação também afeta a percepção que os brasileiros têm de sua capacidade de fazer valer os seus direitos de cidadania e afeta negativamente a confiança que as pessoas têm umas nas outras. Ou seja, uma das possibilidades de acumulação de capital social, considerada importante pela literatura especializada para estimular a participação política, parece comprometida no país pela aceitação social da corrupção (MOISÉS, 2010, p. 35).

⁵ Dados apresentados em evento chamado Dia Internacional Contra a Corrupção, realizado no dia 09 de dezembro de 2016, pela Controladoria Geral da União (CGU), em Brasília.

4.2 E a Educação? “O cara me pede o diploma, não tenho diploma, não pude estudar. E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado, que eu saiba falar”.

O tema educação foi citado 56 vezes nas falas dos cearenses, apresentando-se como o segundo tema mais frequente e de relevância para o debate. “Já é lugar comum o diagnóstico segundo o qual o Brasil apresenta, quando comparado a países de níveis semelhantes de desenvolvimento e renda *per capita*, um desempenho educacional insatisfatório” (VALLE SILVA E HASENBALG, 2000, p. 2). A reclamação constante dos brasileiros é que a educação pública não é ofertada com qualidade, prejudicando o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em geral.

“[...] onde a educação seja prioridade, com valorização dos nossos professores, com escolas de qualidade e jovens conscientes de seu poder e importância na transformação de um país melhor. Eu acredito e vocês?” (AMONTADA).

Como visto no tópico anterior, a corrupção tem sua parcela de contribuição para a desestruturação da educação, especialmente quando pensamos que a falta de qualidade na oferta da educação pública tem a ver estritamente com a estrutura de escolas, com a distribuição e qualidade da merenda escolar, com o transporte de estudantes de forma segura e constante de suas comunidades às escolas e entre outras situação que são alvos frequentes da falta de recursos ou do mal uso do dinheiro público, inviabilizando a efetivação das ações das políticas públicas.

Por essa razão, a grande maioria dos desejos para o Brasil que o povo quer para o futuro é um país:

“[...] onde a educação é prioridade absoluta, pois só com educação nós vamos ter um país verdadeiramente democrático e sem corrupção.” (FRECHEIRINHA).

“[...] com mais igualdade para todos, melhorias no social, na saúde e na educação. Tudo começa pela educação! Povo brasileiro esse ano tem eleição, vamos aprender a votar, vamos passar o Brasil a limpo.” (CROATÁ)

“[...] que respeite mais os professores, que dê mais investimento na área da educação; que tenha um poder judiciário melhor aparelhado para resolver as necessidades do povo brasileiro.” (GRAÇA).

Logo, percebe-se que a educação se mostra aos brasileiros como uma política pública importante, uma vez que é base para o desenvolvimento educacional de todo o povo. Se a educação não atinge de forma equânime a todos e não condiz com a política escrita, como ela poderá de fato atender às necessidades dos cidadãos e cidadãs?

Barros e Lam (1993:1) destacam quatro traços indesejáveis da educação no Brasil: a) o nível educacional médio da população é baixo; b) a educação está desigualmente distribuída; c) existe uma correlação alta entre as realizações educacionais das

crianças e as de seus pais e avós, indicando a ausência de igualdade de oportunidades; d) há grandes disparidades regionais nas realizações educacionais das crianças (VALLE SILVA; HASENBALG, 2000, p.2).

Diante desse questionamento e das diversas citações sobre melhores investimentos, prioridades, cuidado, zelo entre outras preocupações que os brasileiros, através das falas dos cearenses, tiveram com a educação, podemos identificar que a educação pública do país passa por dificuldades. Tais dificuldades, possivelmente atreladas à questão da corrupção que prejudica diversos setores do Brasil.

“[...] tenha governantes que não se corrompam e que dediquem todos os seus esforços para melhorar saúde e segurança e, principalmente, dar uma educação de qualidade para seu povo” (APUIARÉS).

A desigualdade educacional do país em relação a outros países, por exemplo, é notável. Conforme dados de 2017, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que mantém um *ranking* de educação em 36 países, o Brasil apresenta-se como o penúltimo colocado.

FIGURA 01 - RANKING DE EDUCAÇÃO DA OCDE



FONTE: Imagem retirada de Revista Veja, página virtual.

Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em pesquisa que foi divulgada neste ano, 2018, pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil não alcançou as metas nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Conforme os resultados do Ideb, os estudantes dos anos

iniciais do ensino fundamental conseguiram atingir a meta estipulada, porém os resultados foram abaixo do previsto no ensino médio, apresentando, ainda significativas falhas na aprendizagem continuada no ensino básico.

A questão maior entre os governantes é como resolver os problemas da educação no país, mesmo que considerando os avanços propostos e implementados a partir da Lei nº 9394/1996 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB).

Contudo, como sabemos, importa distinguir entre a proclamação de direitos e a sua efetivação. A cada direito corresponde um dever. Se a educação é proclamada como um direito e reconhecido como tal pelo poder público, cabe a esse poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive (SAVIANI, 2013, p. 745).

A indignação do povo brasileiro com relação à educação é perceptível e mostrada constantemente nas falas dos sujeitos. São muitos os problemas apontados, citados nos parágrafos anteriores, que sugerem as causas do mal desenvolvimento educacional do país.

Contudo, temos uma educação universal e que busca a cada dia ser inclusiva. Os avanços são inegáveis, porém ainda faltam muitos pontos a serem consertados para que tenhamos uma educação, de fato, de qualidade.

4.3 Saúde pra quê te quero? “seu velho tá sem dente, [...] e a sua filha tá gestante.”

A CF/88 afiança em seu artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do estado de provê-la, desde então, a saúde no Brasil tem sido exemplo de serviço de assistência para outros países. O Sistema Único de Saúde (SUS), integra toda a assistência à saúde do país, garantindo a universalidade, gratuidade e integralidade dos serviços.

O acesso aos serviços de saúde no Brasil melhorou consideravelmente após a criação do SUS. Na PNAD realizada em 1981, antes da criação do SUS, 8% da população (9,2 milhões de pessoas) afirmava ter usado serviço de saúde nos últimos trinta dias, enquanto em 2008, 14,2% da população (26.866.869 pessoas) relatavam uso de serviços de saúde nos últimos quinze dias, o que representa um aumento de 174% no uso de serviços de saúde (PAIM; TRAVASSOS, 2011, p.26).

Porém, o que está na lei, nem sempre se concretiza como o esperado na realidade. “No entanto, o SUS é um sistema de saúde em desenvolvimento que continua a lutar para garantir a cobertura universal e equitativa” (PAIM; TRAVASSOS, 2011, p.28). Portanto, muitos dos anseios dos cearenses que participaram do Projeto o “Brasil que eu quero” foi por um país:

“[...] com menos violência, menos corruptos, salário digno e saúde e educação de qualidade” (CARIRIACU).

“[...] são políticos honestos, que use o nosso dinheiro, público, com a população, com saúde, educação e segurança” (CARNAUBAL).

“[...] com mais respeito, com mais saúde, com mais educação, sem preconceito, sem violência, com mais justiça e igualdade social para todos” (FORTALEZA).

Logo, a saúde foi citada 42 vezes, sendo o terceiro ponto mais solicitado entre os cidadãos, especialmente com o discurso de melhorias, investimentos e garantias de qualidade na prestação dos serviços de saúde. Como nota-se a seguir:

“[...] um Brasil onde haja mais educação, mais valorização do professor, menos corrupção e mais saúde para todos, pois necessitamos de um mundo melhor e de governantes mais honestos” (IPAPORANGA).

“[...] um país com retorno dos impostos que pagamos, melhoria nas condições de saúde e moradia e aplicação das políticas públicas” (IRACEMA).

“[...] um Brasil com mais saúde, mais educação, menos corrupção e menos poluição” (LIMOEIRO DO NORTE).

Muitas das falas dos sujeitos do Projeto estão atreladas à questão da corrupção no país, como dito anteriormente a saúde e a educação são as políticas públicas mais afetadas com esta mazela. Diante disso, o povo acredita que mudanças na gestão governamental, especificamente em relação à honestidade e transparência na gestão do dinheiro público, podem melhorar a execução das políticas públicas, tornando-as eficazes, eficientes e efetivas, como deveriam ser.

Faltam médicos e remédios no SUS (Sistema Único de Saúde). No sistema particular de saúde, a mensalidade é alta e não há cobertura para diversas doenças e exames. O subfinanciamento do sistema de saúde pública é grave, a formação dos médicos nem sempre é boa e muitos pacientes ainda enfrentam discriminação (PREITE SOBRINHO, 2018, p.1).

4.4 Segurança e Violência pra quem? “A polícia matou o estudante; falou que era bandido; chamou de traficante! A justiça prendeu o pé-rapado; soltou o deputado.”

Os termos segurança e violência, juntos, foram citados 38 vezes nas falas dos sujeitos analisados. É fato que a falta de segurança pública nas cidades brasileiras, sejam elas de pequeno ou grande porte, é notória a cada dia e, segundo as estatísticas, vem aumentando (IPEA, 2018).

A violência tem feito parte do nosso cotidiano, tendo em vista que vivenciamos constantemente expectativas e frustrações no que se refere à fragilidade da vida, pois não são poucas as notícias sobre violência as quais temos contanto, mostrando-nos os sérios problemas causados pela violência no mundo e no Brasil. Dessa forma, desejamos com frequência

melhorias nessa situação. Os desejos dos cearenses participantes do Projeto “O Brasil que eu quero” não foram diferentes:

“[...] onde nossos governantes possam olhar com mais atenção para nossa educação, saúde, infraestrutura e uma segurança de qualidade, pois só com segurança de qualidade é que podemos combater a violência” (BARROQUINHA).

“[...] melhor, com mais segurança” (CAPISTRANO).

“[...] que possamos andar de cabeça erguida, sem violência. Queremos paz, saúde, segurança, educação e respeito. E que nossos governantes parem com tanta roubalheira e que pensem um pouco na nossa população” (MARTINÓPOLE).

São vários os tipos de violência a que estamos expostos no dia a dia, como a violência urbana, violência nos esportes, violência no trânsito, violência doméstica, violência televisiva, e, inclusive, violência virtual, por exemplo.

Sobre este tema, Abreu e Ferrari (2009) destacam que os indicadores do DEPEN demonstram que o crime no Brasil é praticado por homens na faixa etária de 14 a 26 anos de idade; da cor parda ou preta; residentes nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos; com escolaridade que não ultrapassa o ensino fundamental; com renda por pessoa inferior a um salário mínimo e com um ambiente familiar marcado por um histórico de ausências e violência (ABREU; LOURENÇO, 2018, p. 2).

A violência tem aumentando nas mais diversas regiões do país e a segurança pública não tem conseguido atender e resolver essa problemática de forma satisfatória. Os governantes sofrem cada vez mais críticas e pressões da população para que atuem de forma mais eficaz na questão, porém a cada dia, o sentimento de impunidade daqueles que cometem algum ato violento, seja por qualquer motivo, só cresce na população, causando revolta e indignação. “De modo geral, a violência, traduz-se na época atual por um evento cujas implicações e desdobramentos atingem, sem distinção, todos os segmentos sociais” (ABREU; LOURENÇO, 2018, p. 3).

Além disso, a segurança pública e a violência estão imbricadas, uma vez que a primeira “falha” a segunda funciona com sucesso e vice-versa, por isso, às críticas aos governantes são constantes, pois a segurança pública é uma política cuja responsabilidade é do Estado e cabe ao povo a fiscalização constante.

Dessa forma, as manifestações do povo estão relacionando as melhorias em educação, saúde e segurança pública à gestão dos governantes.

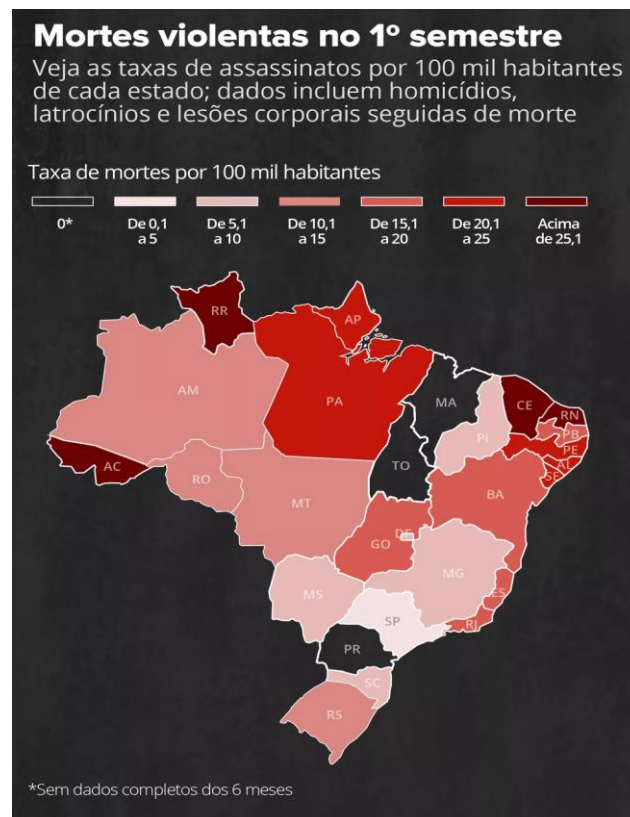
“[...] sem droga e corrupção, com justiça, segurança em toda a sua extensão, educação de qualidade uma saúde de verdade, para todo cidadão, que acabe com a matança de negro, mulher e criança o futuro dessa nação” (MONSENHOR TABOSA).

“[...] onde os jovens não possam vender seus votos por dinheiro, e os governantes possam administrar o dinheiro público na saúde, educação, esporte e segurança pública” (PORTEIRAS).

Com o objetivo de diminuir a violência no país, desde 2007, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) está em vigor. A partir de então, muitas alianças foram firmadas entre entidades do poder público, com o intuito de estabelecer responsabilidades e metas integradas na esfera federal e estadual.

Os dados do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo (NEVUSP) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram como as mortes violentas têm se apresentado nos estados brasileiros. O estado do Ceará, por exemplo, tem denotado um aumento substancial em mortes violentas, apresentando taxa acima da média nacional. Ainda segundo a matéria “[...] a situação é mais grave nos estados das regiões Norte e Nordeste do país, que ocupam as dez primeiras posições no ranking nacional de homicídios” (NEVUSP, 2018, p. 3).

FIGURA 02 – Infográfico de mortes violentas no Brasil no 1º semestre de 2018



FONTE: NEVUSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Portal de Notícias G1.

4.5 E o emprego e trabalho, como estão? “Acordo, não tenho trabalho, procuro trabalho, quero trabalhar.”

Os termos emprego e trabalho juntos foram citados por 30 vezes, tendo notável relevância nas discussões acerca do Brasil que o povo quer para o futuro, como nas falas abaixo transcritas:

“[...] em que o trabalhador rural e o agricultor seja mais valorizado, pois a comida que chega na tua mesa é fruto do trabalho do agricultor” (ANTONINA DO NORTE).

“[...] com mais educação, mais trabalho para os trabalhadores, menos preconceito e mais igualdade social” (GRANJA).

“[...] sem corrupção, sem violência, com mais emprego, com mais saúde e mais educação para todos” (JAGUARETAMA).

“[...] com mais trabalho e com mais respeito, com mais dignidade e mais reconhecimento com o nosso povo” (GUAIÚBA).

O trabalho, conseqüentemente o emprego, são considerados um direito fundamental dos cidadãos em diversos países, inclusive no Brasil, que assegura tal direito através da CF/88 em seu artigo 6º, como um direito social inserido nas garantias fundamentais ao cidadão. Tudo isso porque é fato que o “emprego não só constitui o principal recurso com que conta a maioria das pessoas para suprir suas necessidades materiais como também lhes permite plena integração social” (GONZAGA, 1998, p. 125).

Diante disso, o emprego é uma preocupação constante do brasileiro, pois nos últimos anos o desemprego tem atingido uma grande parcela da população. Os dados indicam que as taxas de desemprego vêm diminuindo, porém, grupos específicos ainda sofrem com a falta de emprego em grandes taxas, conforme dados do IBGE.

A taxa de desocupação no Brasil caiu para 11,9% no terceiro trimestre de 2018, mas chega a 14,4% na Região Nordeste, a 13,8% para a população parda e a 14,6% para a preta - grupos raciais definidos na pesquisa conforme a declaração dos entrevistados. Quando analisado o gênero, as mulheres, com 13,6%, têm uma taxa de desemprego maior que a dos homens, de 10,5% (IBGE, 2018, p.6).

Os nordestinos têm apresentado a maior taxa de desemprego, sendo, portanto, a população mais afetada pela falta de emprego. Ainda, segundo a matéria dos 8 estados do Nordeste, 4 são os mais afetados pelo desemprego. “Quatro estados do Nordeste estão entre os cinco com maior desemprego: Sergipe (17,5%), Alagoas (17,1%), Pernambuco (16,7%) e Bahia (16,2%). Apesar disso, a maior desocupação verificada no terceiro trimestre de 2018 foi no Amapá, onde o percentual chegou a 18,3%” (IBGE, 2018, p.11).

“[...] com mais emprego, mais saúde, mais educação e que ninguém esteja acima da lei; que nossos futuros governantes possam governar em prol do povo” (MARANGUAPE).

4.6 O ponto em comum entre os anseios e insatisfações dos cearenses.

Como foi possível notar, há uma relação entre os termos mais citados pelos cidadãos e a gestão pública. A observação de que o país pode melhorar através de ações anticorrupção é uma característica marcante nas falas dos sujeitos apresentados.

“[...] que a população não se corrompa diante dos políticos e que os políticos usem nosso dinheiro em obras que tragam benefícios duradouros” (ABAIARA).

“[...] com mais emprego, com violência zero e com governantes que pensem mais em nós do que neles mesmo” (ACARAPE).

“[...] mais justa, onde homens e mulheres pensem mais no coletivo e deixem o egoísmo e individualismo de lado. Essa é a minha mensagem e a minha esperança” (BAIXIO).

Nota-se que a má gestão, apontada por este estudo, sendo consequência da corrupção dos governantes, é o maior problema para o desenvolvimento das políticas públicas do país. A saúde, educação, segurança pública e o incentivo ao emprego, são políticas que necessitam de investimento público para atingir toda a população, garantindo a qualidade e plenitude dos serviços prestados.

No entanto, o que podemos notar nas falas dos sujeitos analisados e nas notícias cotidianas, são casos e mais casos de corrupção que afetam desde o planejamento de obras ou estruturação de políticas, à implantação e execução de obras, distribuição de recursos dentre outras questões que envolvem superfaturamento de produtos e serviços; desvio de dinheiro público e crimes de prevaricação em geral.

Por isso, a participação dos cidadãos é necessária, como instrumento de controle social. O fato é que diante das facilidades decorrentes da tecnologia, através das redes sociais, a difusão das problemáticas que atingem a população é mais visível através da veiculação e compartilhamentos das informações via internet ou telejornais, como é o caso do Projeto “O Brasil que eu quero”. As falas trazem constantemente uma autorreflexão sobre como agir também diante do país que se deseja, como nestas falas:

“[...] sem corrupção, que sejamos nós a mudança que desejamos no nosso país” (ALTO SANTO).

“[...] de um brasileiro honesto, descente, que não use o outro como algo, uma ferramenta para levar alguma vantagem; que o coletivo seja superior a qualquer vantagem individual” (ARACOIABA).

O agravante da participação da população tem sido, ou o desconhecimento acerca dos instrumentos de participação popular criados através das políticas públicas e leis, ou a falta de credibilidade na eficácia destes instrumentos, ou mesmo a busca pelo reconhecimento abrangente acerca das problemáticas que atingem a sua comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA DO BRASIL: “LEVANTA AÍ QUE VOCÊ TEM MUITO PROTESTO PRA FAZER E MUITA GREVE, VOCÊ PODE, VOCÊ DEVE, PODE CRER.”

O Brasil garantiu aos seus cidadãos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), muitos direitos que antes não eram aceitos, como a liberdade de expressão, que permite a qualquer pessoa falar o que pensa, desde que não cometa crime ao fazer isso, como injúria, difamação e calúnia, por exemplo.

Além disso, dentre os muito outros direitos garantidos, existe a possibilidade de a população participar diretamente da gestão pública do país, através dos mecanismos de controle social implementados pela própria CF/88, como o plebiscito, referendo, iniciativa popular, conselhos de direitos, conferências, ouvidorias dentre outros canais.

Com o advento da tecnologia, as formas de comunicação estão cada vez mais acessíveis e abrangentes, permitindo aos usuários compartilhar informações, fotos e vídeos a uma velocidade e um alcance quase que imensuráveis. A partir disso, muitos cidadãos utilizam celulares para filmar, fotografar ou enviar mensagens contendo denúncias ou insatisfações para autoridades, emissoras de TV e radiodifusão, colegas, familiares, tornando a notícia inteligível e imediata, causando comoção local, regional e/ou nacional, garantindo a eficácia – na maioria das vezes – da resolução de alguma problemática que se deseja.

Em 2018, com a iminência das eleições, a Rede Globo lançou um projeto cuja finalidade era registrar os anseios da população para o Brasil. O Projeto intitulado “O Brasil que eu quero” foi realizado através de vídeos em que os brasileiros mostravam situações que necessitavam de melhorias e colocavam suas insatisfações à tona em rede nacional, expondo seus municípios.

Para este estudo, foram transcritos e analisados os vídeos dos cearenses que participaram do Projeto, sendo percebidas nas falas os anseios por melhorias nas seguintes áreas, por ordem de relevância: Corrupção e honestidade (citado 59 vezes); Educação (citado 56 vezes); Saúde (citado 42 vezes); Segurança e violência (citado 38 vezes), e; Emprego e trabalho (citado 30 vezes). Ou seja, o que o brasileiro quer, especialmente o cearense, é que não haja mais corrupção e que a honestidade impere; que a qualidade e a melhoria da educação, da saúde e da segurança pública sejam garantidas; que o combate à violência seja eficaz e; que as políticas de incentivo ao emprego funcionem e garantam trabalho aos que necessitam para que

possam sobreviver. A partir desses anseios, foram levantadas as problemáticas desses tópicos no Brasil, relacionando-os entre si, buscando um fator comum para conceber a causa da falta de cumprimento da lei na aplicação das políticas públicas.

Concluiu-se então, que os problemas apresentados pelos cearenses através dos vídeos enviados ao Projeto “O Brasil que eu quero”, questionam especialmente à gestão pública do país, apontando como mazela da sociedade a corrupção. A corrupção que assola o país é responsável pelas obras inacabadas, pela falta de produtos e/ou serviços que atendam à população nas áreas de educação, saúde e segurança, por exemplo.

O que podemos notar nas falas dos sujeitos analisados e nas notícias cotidianas, são casos e mais casos de corrupção que afetam desde o planejamento de obras ou estruturação de políticas, à implantação e execução de obras, distribuição de recursos dentre outras questões que envolvem superfaturamento de produtos e serviços; desvio de dinheiro público e crimes de prevaricação em geral.

A solução possível para a problemática da corrupção pode ser uma maior transparência das ações dos governantes e o acompanhamento constante da população, através dos portais da transparência. Porém, como dito anteriormente, mesmo que a tecnologia tenha tornado a informação mais acessível, muitos dos cidadãos parecem não ter conhecimento dos instrumentos de controle social da gestão pública

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. M. de; LOURENÇO, L. C. **Mídia, violência e segurança pública: Novos aspectos da violência e da criminalidade no Brasil.** Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=7319&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 12/10/2018.
- ALVES, F. A. O ativismo popular nas redes sociais pela internet e o marco constitucional da multidão, no estado democrático de direito: uma discussão prévia sobre participação popular e liberdade de expressão no Brasil, pós-manifestações de junho de 2013. REDESG / **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**. v. 3, n. 1, jan.jun/2014. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/14478/pdf#.W7aOWNdKjIU>>. Acesso em: 21/09/2018.
- AVRITZER, L. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: AVRITZER, L; SOUZA, C. H. L. **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_conferencias_nacionais.pdf>. Acesso em: 12/10/2018.
- BLUME. B. A. **Plebiscito e Referendo: qual a diferença?** 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/plebiscito-e-referendo-qual-a-diferenca/>>. Acesso em: 25/08/2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25/08/2018.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação Social no Brasil Hoje.** Ano: 1998. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/participacao-social-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 25/08/2018.
- DEDIHC - Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **Conselhos de Direitos.** 2018. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=>>>.
- EBRADI – Escola Brasileira de Direito. **Qual a diferença entre plebiscito, referendo e iniciativa popular?.** 2016. Disponível em: <<https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/425826232/qual-a-diferenca-entre-plebiscito-referendo-e-iniciativa-popular>>.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. []. Campinas: **Revista Opinião Pública**, 2009. Vol. 15, nº 2., p.386-421 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/05.pdf>>. Acesso em: 25/08/2018.
- GONZAGA, G. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política.** Vol. 18. Nº 1 (69). Janeiro-Março de 1998.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Características adicionais do mercado de trabalho 2012-2017.** PNAD Contínua. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101622_informativo.pdf. Acesso em: 14/11/2018.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas da Violência 2018.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em: 25/08/2018.

LETTIERI, M.; MACIEL, M. **Prevenção e combate à corrupção no Brasil**. (Curso Transparência na gestão pública: controle cidadão.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/TCE CE, 2016. 60p.

LOCK, F.N. Participação popular no controle da administração pública: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFSM**. Volume I. N .1 Set-Nov/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/122/3530>

MOISÉS, J. A. A corrupção afeta a qualidade da democracia? **Revista em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.27-37, mai. 2010.

NEVUSP (Núcleo de Estudos da Violência da USP); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; G1. **Monitor da Violência**. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/>>. Acesso em: 02/11/2018

PAIM, J; TRAVASSOS, C; *et al.* **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/resource/352546>>. Acesso em: 12/10/2018.

PREITE SOBRINHO, W. **Falta de médicos e de remédios: 10 grandes problemas da saúde brasileira**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/listas/falta-medico-e-dinheiro-10-grandes-problemas-da-saude-no-brasil.htm>>. Acesso em: 12/10/2018.

ROCHA, J. C. **A participação popular na gestão pública no Brasil**. Jus.com.br: 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19205/a-participacao-popular-na-gestao-publica-no-brasil>>.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Revista Educação Social**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12/10/2018.

VALLE SILVA, N; HASENBALG, C. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 43, núm. 3, 2000, p. 0 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DE VÍDEOS DO PROJETO “O BRASIL QUE EU QUERO”

MUNICÍPIO: ABAIARA

“[...] que a população não se corrompa diante dos políticos e que os políticos usem nosso dinheiro em obras que tragam benefícios duradouros”.

MUNICÍPIO: ACARAPE

“[...] com mais emprego, com violência zero e com governantes que pensem mais em nós do que neles mesmo.”

MUNICÍPIO: ACARAÚ

“[...] tô mandando esse repente pra dizer pra essa nação que o Brasil que nós queremos com menos corrupção, [...] mais igualdade, de trabalho e de emprego, que saibamos de verdade pra onde vai nosso dinheiro.”

MUNICÍPIO: ACOPIARA

“[...] que tenha menos descaso com o dinheiro público, como desta obra do governo federal, que a construção da Transnordestina, que ligará Juazeiro da Bahia ao Porto do Pecém em Fortaleza e está há mais de 2 anos abandonada. Então, senhores governantes, o que eu peço a vocês é a conclusão desta obra, que será muito importante para a nossa região.”

MUNICÍPIO: AIUABA

“[...] um Brasil com mais oportunidade para os microempreendedores, vendedores ambulantes, feirantes; um Brasil de cara limpa; com honestidade; sem corrupção.”

MUNICÍPIO: ALCÂNTARAS

“[...] cheio de paz, principalmente nas cidades do interior, tranquilo em que as pessoas possam se amar.”

MUNICÍPIO: ALTANEIRA

“[...] com mais respeito ao funcionário público, seja nas esferas municipais, estaduais e federal. Sem perseguições ou apadrinhamentos. Que a pessoa possa trabalhar pela capacidade que tem.”

MUNICÍPIO: ALTO SANTO

“[...] sem corrupção, que sejamos nós a mudança que desejamos no nosso país.”

MUNICÍPIO: AMONTADA

“[...] onde a educação seja prioridade, com valorização dos nossos professores, com escolas de qualidade e jovens conscientes de seu poder e importância na transformação de um país melhor. Eu acredito e vocês?”

MUNICÍPIO: ANTONINA DO NORTE

“[...] em que o trabalhador rural e o agricultor seja mais valorizado, pois a comida que chega na tua mesa é fruto do trabalho do agricultor.”

MUNICÍPIO: APUIARÉS

“[...] tenha governantes que não se corrompam e que dediquem todos os seus esforços para melhorar saúde e segurança e, principalmente, dar uma educação de qualidade para seu povo.”

MUNICÍPIO: AQUIRAZ

“[...] seja um Brasil de qualidade de vida para os nossos idosos.”

MUNICÍPIO: ARACATI

“[...] com menos violência e um povo mais feliz.”

MUNICÍPIO: ARACOIABA

“[...] de um brasileiro honesto, descente, que não use o outro como algo, uma ferramenta para levar alguma vantagem; que o coletivo seja superior a qualquer vantagem individual.”

MUNICÍPIO: ARARENDÁ

“[...] país que tenha menos corrupção e menos violência; que seja garantido todos os direitos da criança, o direito a educação, a saúde e ao lazer.”

MUNICÍPIO: ARARIPE

“[...] segurança para nossas crianças, que elas cresçam com um futuro cheio de oportunidades e dignidade.”

MUNICÍPIO: ARATUBA

“[...] com compromisso, esforço e dedicação pelo respeito, pois o respeito vai banir a intolerância, o racismo e o preconceito de nossa sociedade.”

MUNICÍPIO: ARNEIROZ

“[...] é com mais poços artesianos cavados com irrigação, para fortalecer o homem do campo.”

MUNICÍPIO: ASSARÉ

“[...] é um Brasil com mais segurança para todos os cidadãos e cidadãs, e acima de tudo, mais valorização a cultura popular nordestina brasileira.”

MUNICÍPIO: AURORA

“[...] onde todos os direitos de todas as crianças e adolescentes sejam cumpridos, direito à educação, à saúde, ao lazer e ao esporte. Esse é o Brasil que eu quero!”

MUNICÍPIO: BAIXIO

“[...] mais justa, onde homens e mulheres pensem mais no coletivo e deixem o egoísmo e individualismo de lado. Essa é a minha mensagem e a minha esperança.”

MUNICÍPIO: BANABUIÚ

“[...] com menos impostos. Reforma tributária já! Chaga de pagar tanto imposto para sustentar

um Estado incompetente e ineficiente.”

MUNICÍPIO: BARBALHA

“[...] que ofereça emprego para todas as pessoas trabalharem, ter sua fonte de renda, que ajude no crescimento do país; igualdade social, saúde e segurança.”

MUNICÍPIO: BARREIRA

“[...] onde os governantes se preocupem mais com os problemas do povo e não com os interesses próprios.”

MUNICÍPIO: BARRO

“[...] em que nossas estradas sirvam de passagem para nossos moradores; um país com menos corrupção, mais saúde e educação.”

MUNICÍPIO: BARROQUINHA

“[...] onde nossos governantes possam olhar com mais atenção para nossa educação, saúde, infraestrutura e uma segurança de qualidade, pois só com segurança de qualidade é que podemos combater a violência.”

MUNICÍPIO: BATURITÉ

“[...] um Brasil sem corrupção.”

MUNICÍPIO: BEBERIBE

“[...] honesto, saudável, de paz, amor e harmonia para todos.”

MUNICÍPIO: BELA CRUZ

“[...] onde os governantes liguem mais para nosso povo, mais prestativo e atencioso com o pessoal do Ceará, porque a gente só conhece eles de 4 em 4 anos.”

MUNICÍPIO: BOA VIAGEM

“[...] é que possamos plantar uma educação de mais qualidade para colhermos mais honestidade e pessoas com menos egoísmo”.

MUNICÍPIO: BREJO SANTO

“[...] onde a paz possa reinar, *habeas corpus* e sentenças ninguém consiga comprar, não se negocie emenda e o eleitor não se venda na hora que for votar.”

MUNICÍPIO: CAMOCIM

“[...] justiça, porque está morrendo muitas crianças. Chega de tanta violência!”

MUNICÍPIO: CAMPOS SALES

“[...] com paz, saúde, bons políticos e que sejam fiscalizados.”

MUNICÍPIO: CANINDÉ

“[...] a lei dos resíduos sólidos e dos lixões de todo o Brasil sejam cumpridas à risca. E que não acontece em outras cidades do país, o que acontece com a minha cidade.”

MUNICÍPIO: CAPISTRANO

“[...] melhor, com mais segurança.”

MUNICÍPIO: CARIDADE

“[...] que tenhamos governantes honestos e que traga uma boa educação para as crianças.”

MUNICÍPIO: CARIRÉ

“[...] onde as pessoas possam aprender a respeitar o lugar onde vivem, onde as pessoas possam aprender a valorizar e preservar o ambiente onde elas estão.”

MUNICÍPIO: CARIRIAÇU

“[...] com menos violência, menos corruptos, salário digno e saúde e educação de qualidade.”

MUNICÍPIO: CARIÚS

“[...] com mais oportunidade de empregos para os jovens, menos corrupção, mais saúde, educação e dignidade para todos.”

MUNICÍPIO: CARNAUBAL

“[...] são políticos honestos, que use o nosso dinheiro, público, com a população, com saúde, educação e segurança.”

MUNICÍPIO: CASCAVEL

“[...] onde não haja corrupção, to aqui na CE 138, há mais de 70 anos que os políticos prometem asfaltar, mas a corrupção não deixa o país andar.”

MUNICÍPIO: CATARINA

“[...] sem analfabetos políticos, aquele que diz que odeia políticos, que é contra políticos, mas é o primeiro que vende o voto em troca de uma dentadura. Esse é o pior eleitor que nós temos no Brasil.”

MUNICÍPIO: CATUNDA

“[...] é um país em que os jovens não precisem sair da sua cidade para buscar emprego e melhoria de vida nas grandes capitais.”

MUNICÍPIO: CAUCAIA

“[...] é uma distribuição de renda igualitária, principalmente para os povos de comunidades tradicionais; queremos também invista mais em políticas públicas para os jovens, uma vez que estamos perdendo nossos jovens para a criminalidade.”

MUNICÍPIO: CEDRO

“[...] nossa pátria brasileira vai romper qualquer barreira e tudo vai superar, um país independente com inflação no zero, com políticos honestos, é tudo que eu mais espero [...] e é esse o Brasil que quero.”

MUNICÍPIO: CHAVAL

“[...] um Brasil limpo; sem corrupção, sem esses ladrões que estão aí no poder. Vamos dar uma basta nisso. Esse ano é ano de eleição vamos dar um basta na corrupção.”

MUNICÍPIO: CHORÓ

“[...] é um país com mais políticas públicas para o combate aos efeitos da seca, [...] um país limpo e transparente.”

MUNICÍPIO: CHOROZINHO

“[...] é um país onde os governos tenham um só plano de governo, não importando quem seja o gestor, mas o plano seja a longo prazo para toda a população.”

MUNICÍPIO: COREAÚ

“[...] é um país onde nossos representantes tenham maior compromisso com a saúde, segurança e educação. E maior respeito ao dinheiro público, portanto, queremos um país sem corrupção.”

MUNICÍPIO: CRATEÚS

“[...] mais apoio aos projetos sociais e mais apoio às nossas crianças e adolescentes.”

MUNICÍPIO: CRATO

“[...] descente, sem roubo e disparidades, com políticos corretos, pautados na lealdade, norteados pelo lema: trabalho e honestidade.”

MUNICÍPIO: CROATÁ

“[...] com mais igualdade para todos, melhorias no social, na saúde e na educação. Tudo começa pela educação! Povo brasileiro esse ano tem eleição, vamos aprender a votar, vamos passar o Brasil a limpo.”

MUNICÍPIO: CRUZ

“[...] é um país de respeito, que os políticos se importem com a população e sejam respeitosos e respeitados entre o povo.”

MUNICÍPIO: DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO

“[...] sem corrupção, onde os políticos invistam mais em saúde e educação e desenvolvam projetos de asfalto e pavimentação.”

MUNICÍPIO: ERERÊ

“[...] um Brasil cada vez melhor; onde os alunos tenham poder de escolha; onde as salas não sejam superlotadas; e onde a aprendizagem seja valorizada, rumo a um futuro melhor.”

MUNICÍPIO: EUSÉBIO

“[...] é um país de leitura, leitores e livros.”

MUNICÍPIO: FARIAS BRITO

“[...] que seja governado por pessoas sérias, honestas e trabalhadoras, justas que não roubem e nem deixem roubar.”

MUNICÍPIO: FORQUILHA

“[...] quero é esse Brasil tão rico e tão bonito, mas falta competência dos políticos e honestidade para governá-lo.”

MUNICÍPIO: FORTALEZA

“[...] com mais respeito, com mais saúde, com mais educação, sem preconceito, sem violência, com mais justiça e igualdade social para todos”.

MUNICÍPIO: FORTIM

“[...] de respeito e dignidade para o povo mais pobre desse país, principalmente para o meu Nordeste.”

MUNICÍPIO: FRECHEIRINHA

“[...] onde a educação é prioridade absoluta, pois só com educação nós vamos ter um país verdadeiramente democrático e sem corrupção.”

MUNICÍPIO: GENERAL SAMAPAIÓ

“[...] em que os impostos recebidos sejam bem redistribuídos, com mais saúde, educação e valorização do professor. Chega de corrupção.”

MUNICÍPIO: GRAÇA

“[...] que respeite mais os professores, que dê mais investimento na área da educação; que tenha um poder judiciário melhor aparelhado para resolver as necessidades do povo brasileiro.”

MUNICÍPIO: GRANJA

“[...] com mais educação, mais trabalho para os trabalhadores, menos preconceito e mais igualdade social.”

MUNICÍPIO: GRANJEIRO

“[...] é de mais igualdades, com mais oportunidades para os jovens e onde os direitos humanos sejam repetidos.”

MUNICÍPIO: GROAÍRAS

“[...] com verdade, justiça e a que a mentira seja extinta desse país.”

MUNICÍPIO: GUAÍÚBA

“[...] com mais trabalho e com mais respeito, com mais dignidade e mais reconhecimento com o nosso povo.”

MUNICÍPIO: GUARACIABA DO NORTE

“[...] uma educação pública de qualidade, que percebe e atende necessidades educativas especiais de todos os alunos, de forma a promover o aprendizado pessoal de todos.”

MUNICÍPIO: GUARAMIRANGA

“[...] é a preservação da natureza.”

MUNICÍPIO: HIDROLÂNDIA

“[...] um governo mais justo e que possa fazer mais pelo nosso povo”.

MUNICÍPIO: HORIZONTE

“[...] mais responsável por suas reservas naturais [...]”.

MUNICÍPIO: IBARETAMA

“[...] com menos impostos, mais igualdade e que os políticos pensem mais na população, em geral, do Nordeste e de todo o Brasil.”

MUNICÍPIO: IBIAPINA

“[...] onde as ruas tenham saneamento básico [...]”.

MUNICÍPIO: IBICUITINGA

“[...] com mais saneamento básico e menos poluição, que podem gerar mais opções de lazer para a população.”

MUNICÍPIO: ICAPUÍ

“[...] diferente, pra essa nova geração que ainda não tem noção, do que virá pela frente, um Brasil que essa gente se orgulhe em dizer, aqui que eu quero viver, sem corrupções aparentes, mas com políticos descentes, trabalhando pra valer.”

MUNICÍPIO: ICÓ

“[...] com construção de mais reservatórios para garantir, principalmente ao povo do nordeste, mais água para saciar sua sede.”

MUNICÍPIO: IGUATU

“[...] de respeito e que saiba respeitar as artes, porque um país sem arte é um país sem história.”

MUNICÍPIO: INDEPENDÊNCIA

“[...] com menos corrupção, em que os políticos respeitem o cidadão brasileiro e ode todos os seres humanos aprendam a respeitar mais a nossa natureza.”

MUNICÍPIO: IPAPORANGA

“[...] onde haja mais educação, mais valorização do professor, menos corrupção e mais saúde para todos, pois necessitamos de um mundo melhor e de governantes mais honestos.”

MUNICÍPIO: IPAUMIRIM

“[...] políticos honestos, que trabalhassem pelo nosso Brasil principalmente para os pobres.”

MUNICÍPIO: IPU

“[...] que respeite os negros e os índios.”

MUNICÍPIO: IPUEIRAS

“[...] escrevo cordéis e quero um país respeitador, na música, no esporte, no meu sotaque e no amor. Literatura na TV, na cultura quero ver brasileiro ter valor.

MUNICÍPIO: IRACEMA

“[...] com retorno dos impostos que pagamos, melhoria nas condições de saúde e moradia e aplicação das políticas públicas.”

MUNICÍPIO: IRAUÇUBA

“[...] sonho com um dia que nós da enfermagem teremos um salário digno e boas condições de trabalho. Brasil, chega de dormir no chão.”

MUNICÍPIO: ITAIÇABA

“[...] investimento na educação, valorização dos professores e saúde de qualidade.”

MUNICÍPIO: ITAITINGA

“[...] é um presidente que governe para todo o país.”

MUNICÍPIO: ITAPAJÉ

“[...] é um mundo onde os jovens façam a diferença, lutando por seus ideais sem medo. E por um país muito mais justo.”

MUNICÍPIO: ITAPIPOCA

“[...] mais possibilidade e investimento para o agricultor.”

MUNICÍPIO: ITAPIÚNA

“[...] que a estrada [...] que ligue Ibareta, Itapiúna e Canindé, já faz mais de 100 anos que os governantes entram e prometem e nada fazem.”

MUNICÍPIO: ITAREMA

“[...] que olhe para as crianças. Tudo que tá acontecendo hoje foi falta de cuidado com os nossos pequenos.”

MUNICÍPIO: ITATIRA

“[...] que garanta todo e qualquer direito dos deficientes. E que a inclusão seja realmente aceita e não seja forçada.”

MUNICÍPIO: JAGUARETAMA

“[...] sem corrupção, sem violência, com mais emprego, com mais saúde e mais educação para todos.”

MUNICÍPIO: JAGUARIBARA

“[...] onde a vontade particular dos políticos não se sobreponha sobre a necessidades do povo.”

MUNICÍPIO: JAGUARIBE

“[...] mais justiça social, igualdade e fartura.”

MUNICÍPIO: JAGUARUANA

“[...] um país com essa criançada feliz e se divertindo bastante.”

MUNICÍPIO: JARDIM

“[...] onde os governantes invistam no atendimento à educação especializada para pessoas com deficiência, porque a gente luta por igualdade e por acessibilidade.”

MUNICÍPIO: JATI

“[...] quero um país governado por quem trabalhe e ajude, sem roubo e sem violência, com paz, emprego e saúde, que o novo presidente tenha honestidade e mude.”

MUNICÍPIO: JIJOCA DE JERICOACOARA

“[...] eleitores soubessem votar, porque se os eleitores votassem com consciência, com certeza teríamos melhores governantes. Em 2018 vote com consciência e não com o bolso.”

MUNICÍPIO: JUAZEIRO DO NORTE

“[...] é um Brasil onde os políticos entendam que a maior riqueza do país é o nosso povo.”

MUNICÍPIO: JUCÁS

“[...] com mais responsabilidade com os nossos recursos hídricos.”

MUNICÍPIO: LAVRAS DA MANGABEIRA

“[...] menos corruptos, mais educação, saúde e saneamento. E também uma coisa linda, a natureza, com os açudes todos sangrando para que os agricultores trabalhem.”

MUNICÍPIO: LIMOEIRO DO NORTE

“[...] mais saúde, mais educação, menos corrupção e menos poluição.”

MUNICÍPIO: MADALENA

“[...] é de políticos honestos, que tenham respeito com alunos e professores da nossa localidade. Essa escola está construída há 7 anos, e abandonada no meio do nada, levando o nosso dinheiro público, levando o desrespeito e o descaso público com essa localidade.”

MUNICÍPIO: MARACANAÚ

“[...] é que obras como essa, simples obra de um *boulevard* e de um calçamento não se arraste por anos e anos, e na placa prometeu ser feito em 8 meses. Termine no prazo.”

MUNICÍPIO: MARANGUAPE

“[...] com mais emprego, mais saúde, mais educação e que ninguém esteja acima da lei; que nossos futuros governantes possam governar em prol do povo.”

MUNICÍPIO: MARCO

“[...] que tenha mais saúde e respeito com as crianças especiais do nosso país. Que ainda tem muito a aprender e respeitar as pessoas deficiência nesse país.”

MUNICÍPIO: MARTINÓPOLE

“[...] que possamos andar de cabeça erguida, sem violência. Queremos paz, saúde, segurança, educação e respeito. E que nossos governantes parem com tanta roubalheira e que pensem um pouco na nossa população.”

MUNICÍPIO: MASSAPÊ

“[...] queremos um Brasil sem bandidagem, sem corrupção, com homens honestos para governar nosso Brasil.”

MUNICÍPIO: MAURITI

“[...] é um país com mais educação nas escolas e mais educação no trânsito. [...].”

MUNICÍPIO: MERUOCA

“[...] sem violência, sem corrupção, sem desigualdade social. E que o brasileiro vote consciente e sempre continue na luta por seus direitos, para que possamos ter uma sociedade justa e com esperança.”

MUNICÍPIO: MILAGRES

“[...] sem corrupção, que os governantes olhem mais para os caminhoneiros, que vivem nas estradas arriscando sua vida, longe de sua família, transportando alimentos para toda a nação.”

MUNICÍPIO: MILHÃ

“[...] onde não precisasse colocar nenhum político corrupto na cadeia, fizesse Le pagar tudo que roubou com juros e correções monetárias.”

MUNICÍPIO: MIRAÍMA

“[...] nós ganhamos casas de tijolos, entra ano e sai ano e nós continuamos moramos em casas de taipa. E que as agricultoras consigam se aposentar com 55 anos, que não dê entrada e venha negada.”

MUNICÍPIO: MISSÃO VELHA

“[...] que o estatuto da criança e do adolescente seja respeitado e que a criança e o adolescente de fato, seja primordial.”

MUNICÍPIO: MOMBAÇA

“[...] dê um fim na impunidade, pois ela é a base de sustentação de toda essa corrupção e demais crimes que assolam a nossa nação.”

MUNICÍPIO: MONSENHOR TABOSA

“[...] sem droga e corrupção, com justiça, segurança em toda a sua extensão, educação de qualidade uma saúde de verdade, para todo cidadão, que acabe com a matança de negro, mulher e criança o futuro dessa nação.”

MUNICÍPIO: MORADA NOVA

“[...] sem corrupção; que nossas autoridades não sejam protagonistas em matérias policiais.”

MUNICÍPIO: MORAÚJO

“[...] mais educação, mais valorização da natureza e uma política sem corrupção.”

MUNICÍPIO: MORRINHOS

“[...] limpo de corrupção, com uma educação não só com igualdade, mas sim com equidade, formando bons cidadão, críticos, capazes de decidir o futuro de nossa nação.”

MUNICÍPIO: MUCAMBO

“[...] lugar onde o dinheiro público possa ser bem empregado, em educação, saúde, lazer. Que os políticos cumpram com suas promessas de campanha. E que praças como essa sejam bem cuidadas, onde possam ser usadas por crianças, jovens e adultos.”

MUNICÍPIO: MULUNGU

“[...] voltemos a praticar sentimentos adormecidos, mais amor, diálogo, respeito, caráter. E que não se roube o sonho verde e amarelo.”

MUNICÍPIO: NOVA OLINDA

“[...] quero um Brasil descente, o fim da corrupção, sem polícia matando gente, sem político ladrão.”

MUNICÍPIO: NOVA RUSSAS

“[...] honesto, compromissado, que quando iniciar uma obra pública, entregue à população. Que não seja no futuro um motivo mais escandaloso, como essa obra em Nova Russas.”

MUNICÍPIO: NOVO ORIENTE

“[...] unido, que as divergências ideológicas não interrompam o progresso da nação; que tenhamos sempre como objetivo principal o bem comum dos brasileiros.”

MUNICÍPIO: OCARA

“[...] com maior investimento na educação, no qual os alunos tenham maior interesse pela leitura.”

MUNICÍPIO: ORÓS

“[...] onde as cidades do interior tenham mais oportunidades de emprego para os jovens, E que esses jovens, a partir dessas oportunidades, possam ser protagonistas de suas próprias histórias.”

MUNICÍPIO: PACAJUS

“[...] zero preconceito e mais respeito com as religiões.”

MUNICÍPIO: PACATUBA

“[...] em que o brasileiro se importe mais com o outro brasileiro principalmente na hora de votar. Nossa política é o reflexo do nosso caráter. Tenho certeza que se a gente mudar, com certeza nosso cenário político irá mudar.”

MUNICÍPIO: PACOTI

“[...] sem moradores de rua, mais educação, moradia, saúde e educação para o Brasil.”

MUNICÍPIO: PACUJÁ

“[...] é que tenhamos bastantes reservatórios de água como esse, para suprir a necessidade da

escassez desse povo.”

MUNICÍPIO: PALHANO

“[...] mostrar para os políticos que somos nós que colocamos alimentos na mesa [...].”

MUNICÍPIO: PALMÁCIA

“[...] construções [...] que beneficiem todo o povo.”

MUNICÍPIO: PARACURU

“[...] sem violência, com mais educação e principalmente, sem corrupção.”

MUNICÍPIO: PARAIPABA

“[...] onde os políticos se responsabilizem pela educação, saúde e onde os necessitados não precisem sofrer tanto para ter um estilo de vida melhor.”

MUNICÍPIO: PARAMBU

“[...] com mais investimento na saúde e educação, sem corrupção, sem ‘superfaturação’, onde os grandes corruptos faturam milhões e os empregados ficam com as migalhas.”

MUNICÍPIO: PARAMOTI

“[...] todos os impostos que nos são cobrados, sejam retribuídos em formas de melhorias para a população, que nos seja assegurado realmente o direito à saúde, educação e segurança.”

MUNICÍPIO: PEDRA BRANCA

“[...] onde não aconteça o fim do concurso público; um país que tenha mais honestidade e menos corrupção.”

MUNICÍPIO: PENAFORTE

“[...] menos dinheiro na mala e mais obra terminada.”

MUNICÍPIO: PENTECOSTE

“[...] se acabe o covil de tanta corrupção, que o povo tenha saúde, que tenha paz e estude, que se tome um atitude sem tanta alienação.”

MUNICÍPIO: PEREIRO

“[...] onde se tenham pessoas com mais empatia, pessoas mais solidárias, pois a partir da mudança das pessoas que poderemos ter uma mudança em nosso país.”

MUNICÍPIO: PINDORETAMA

“[...] quero o Brasil fora do buraco, que o Brasil não tenha corrupção. Fora, o jeitinho brasileiro.”

MUNICÍPIO: PIQUET CARNEIRO

“[...] que façamos valer o artigo 5º da nossa Constituição, que sejamos iguais perante a lei, independente de sermos políticos, empresários ou trabalhador assalariado.”

MUNICÍPIO: PIRES FERREIRA

“[...] sem corrupção, com menos poluição, vamos proteger a nossa natureza, plantando uma árvore, com flores e frutos com certeza. Vamos reciclar, aproveitar a energia dos ventos e a energia solar. A biomassa também vai ajudar. Governo incentivando os pequenos, tudo vai melhorar.”

MUNICÍPIO: PORANGA

“[...] todos possam ter acesso à educação, à saúde, à cultura e com direitos iguais e que prevaleça a honestidade.”

MUNICÍPIO: PORTEIRAS

“[...] onde os jovens não possam vender seus votos por dinheiro, e os governantes possam administrar o dinheiro público na saúde, educação, esporte e segurança pública.”

MUNICÍPIO: POTENGI

“[...] com mais cultura, onde as pessoas entendam que elas são capazes de mudar o mundo. A cultura está acima da diferença da condição social.”

MUNICÍPIO: POTIRETAMA

“[...] onde todos sejam solidários, que tenham mais amor ao próximo, que todos respeitem os direitos dos idosos e das crianças.”

MUNICÍPIO: QUITERIANÓPOLIS

“[...] com mais igualdade; onde as famílias tenham mais moradia, saúde e alimentação, onde os recursos que vem destinados sejam aplicados devidamente no que eles precisam.”

MUNICÍPIO: QUIXADÁ

“[...] onde todos tenham acesso à água, esse líquido precioso para a humanidade.”

MUNICÍPIO: QUIXELÔ

“[...] valorização para os professores, para a educação, por que só assim o Brasil terá progresso.”

MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM

“[...] terreno hipotecado há 20 anos, 6 anos de seca, muita dificuldade para o pequeno produtor rural. Espero que melhore a nossa situação”.

MUNICÍPIO: QUIXERÉ

“[...] com mais infraestrutura, ajeitar os polos de lazer da nossa cidade, segurança e saúde.”

MUNICÍPIO: REDENÇÃO

“[...] que um Brasil do futuro que possa se orgulhar, com bastante segurança, mais saúde hospitalar, emprego e educação tudo em primeiro lugar.”

MUNICÍPIO: RERIUTABA

“[...] com menos burocracia e mais força de vontade [...]”

MUNICÍPIO: RUSSAS

“[...] que invista no esporte, o nosso esporte merece ser valorizado [...].”

MUNICÍPIO: SABOEIRO

“[...] com mais igualdade; seguro; onde o cidadão não precise se esconder atrás de um muro; um Brasil mais honesto e mais puro, onde os políticos não roubem pra gente pagar com juros.”

MUNICÍPIO: SALITRE

“[...] o futuro do meu Brasil tem nome e sobrenome, chama-se jovem sonhe. Que o jovem possa sonhar e que não perca nunca o seu sonho por causa de uma bala perdida”.

MUNICÍPIO: SANTA QUITÉRIA

“[...] sem violência, com justiça real, onde os jovens tenham mais oportunidades, sem perder a vida precocemente.”

MUNICÍPIO: SANTANA DO ACARAÚ

“[...] justo, sem corrupção, sem violência, com salário mais digno para toda a população.”

MUNICÍPIO: SANTANA DO CARIRI

“[...] com menos disputa por política das prefeituras, mais estradas ajeitadas, mais transporte escolar para a educação das crianças, porque aqui nós não tem isso.”

MUNICÍPIO: SÃO BANEDITO

“[...] onde se possa ter educação, segurança e saúde para todos.”

MUNICÍPIO: SÃO GONÇALO DO AMARANTE

“[...] que tenha emprego, saúde, educação e segurança, pois o Brasil está vivendo uma epidemia de violência no Ceará.”

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO JAGUARIBE

“[...] de eleitores conscientes. Analise os candidatos antes de votar, porque esta decisão valerá por 4 anos”.

MUNICÍPIO: SÃO LUIS DO CURU

“[...] eu quero um Brasil transformado pela força da educação, dignidade e respeito aos mestres dessa nação, pois o Brasil do futuro é uma semente agora, plante que a colheita é certa. Brasil, chegou a hora!”

MUNICÍPIO: SENADOR POMPEU

“[...] que os governantes parem de subir o combustível, que o frete cai. [...].”

MUNICÍPIO: SENADOR SÁ

“[...] com essas águas limpas. Brasil em que a gente possa sair de cãs com a certeza de que vai voltar. [...].”

MUNICÍPIO: SOBRAL

“[...] que acabe com a desigualdade social e dê prioridade à educação, saúde e segurança.”

MUNICÍPIO: SOLONÓPOLE

“[...] sem corrupção, sem violência, com mais paz, mais justiça e mais igualdade para todos.”

MUNICÍPIO: TABULEIRO DO NORTE

“[...] quero um novo país, com mais cultura, sem miséria e sem causa hospitalar, a justiça sem favorecimento, sem corrupto nenhum a governar, é difícil demais, mas não me tire o sublime direito de sonhar.”

MUNICÍPIO: TAMBORIL

O VÍDEO NÃO ESTÁ SENDO EXIBIDO POR PROBLEMAS TÉCNICOS, IMPOSSIBILITANDO A TRANSCRIÇÃO.

MUNICÍPIO: TARRAFAS

“[...] que todos os eleitores, antes de votarem, pesquisem a vida dos candidatos pra gente não votar nunca mais em candidatos corruptos. É esse o Brasil que eu espero para o futuro dos meus filhos e netos.”

MUNICÍPIO: TAUÁ

“[...] com mais oportunidades de emprego para as mulheres. As mulheres que são muito excluídas das indústrias aqui na minha cidade.”

MUNICÍPIO: TEJUÇUOCA

“[...] que dê valor a cada um professor, espalhado em cada escola, e que o salário de esmola tenha seu valor trocado, que um valor de um deputado seja pago a esse guerreiro, que orgulho o brasileiro, tão mal remunerado, que a nossa educação seja vista toda hora, que abramos mais escolas, para não construir prisão, que essa tal corrupção que é construída no escuro nunca ultrapasse esse muro. E esse é o que eu espero. Esse é o Brasil que eu quero, meu país tem sim futuro!”

MUNICÍPIO: TIANGUÁ

“[...] justo, sem desigualdade social, onde todos tenham possam ter o direito de ir e vir e sem corrupção. Para que obras assim não fiquem inacabadas. Políticos, estamos de olho!”

MUNICÍPIO: TRAIRI

“[...] que as autoridades que contenham o avanço do rio sobra a nossa comunidade.”

MUNICÍPIO: TURURU

“[...] justo, com dignidade, paz e respeito”.

MUNICÍPIO: UBAJARA

“[...] com políticos mais justos, que em vez de lavar o dinheiro da população, pegue esse recurso e invista em educação, para que no futuro não veja as pessoas andando por aí com armas nas costas.”

MUNICÍPIO: UMARI

“[...] sem violência, sem corrupção, com mais educação, mais trabalho, mais saúde e que os idosos não sofram tanto nas filas dos hospitais. Que no futuro os meus filhos, netos e bisnetos possam dizer com orgulho: eu sou brasileiro.”

MUNICÍPIO: UMIRIM

“[...] mais saúde, mais educação, mais segurança, mais emprego e de políticos mais honestos.”

MUNICÍPIO: URUBURETAMA

“[...] rico por natura. O que nós precisamos é de pessoas de responsabilidade para cuidar da nossa riqueza natural.”

MUNICÍPIO: URUOCA

“[...] onde haja fiscalização nas obras em que os políticos recebem milhões para ajeitar as estradas [...].”

MUNICÍPIO: VARJOTA

“[...] onde as pessoas saibam exercer a democracia com dignidade, que parem de se comportar como mercadoria que são usadas e descartadas.”

MUNICÍPIO: VÁZEA ALEGRE

“[...] cheio de paz, onde o ódio ou a violência dê espaço à paz. Hoje já não suportamos mais tamanha violência. O Ceará pede paz! O Brasil pede paz!”

MUNICÍPIO: VIÇOSA DO CEARÁ

“[...] paz, amor, tolerância e um país sem fome. O Brasil merece isso.”